



# Monitoramento do Direito à Educação

Maio de 2023

Realização:



REDE DE  
ATIVISTAS PELA  
EDUCAÇÃO  
BRASIL

Apoio:

**MALALA.**  
**FUND**

## FICHA TÉCNICA DA EDIÇÃO

### Coordenação Política

Cristiane Ribeiro  
José Antônio Moroni  
Nathalie Beghini  
(Colegiado de Gestão do Inesc)

### Coordenação técnica

Cleo Manhas

### Redação

Cleo Manhas  
Danielle Castro Lobato  
Jhonatan Almada

### Revisão técnica

Rede de Ativistas pela Educação  
do Fundo Malala

### Revisão ortográfica

Paulo

### Diagramação e projeto gráfico

Tatus Designers

### Realização

Rede de Ativistas pela Educação  
do Fundo Malala

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que sejam citados os autores e a instituição que apoiou o estudo, e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

Realização:



Apoio:



Organizações parceiras:



# 1. Apresentação

Somos a Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala no Brasil (Rede Malala) e desenvolvemos, ao longo de 2022 e 2023, o projeto Eleições. Durante dois anos, atuamos em várias frentes e ações coletivas, tais como: (I) no incentivo à participação política de jovens, por meio da campanha #MeninasDecidem, para que meninas com mais de 16 anos tirassem o título de eleitor e exercessem o direito de escolha dos representantes nos processos eleitorais; (II) na formação de meninas adolescentes de todo o País, que escreveram o Manifesto “#Meninas Decidem pelo Direito à Educação”; e (III) na elaboração da Carta-Compromisso pelo Direito à Educação nas Eleições de 2022, um pacto com 40 pontos sobre a educação que queremos, para que candidatas e candidatos a cargos majoritários e proporcionais assinassem e se comprometessem com essas reivindicações ao longo de seus

mandatos. A Rede Malala reúne 11 ativistas e suas organizações, que atuam em diversas regiões do País para garantir o direito à educação de meninas, com foco em meninas negras, indígenas e quilombolas. A Rede de Ativistas pela Educação (Education Champion Network) foi estabelecida pelo Fundo Malala em 2017, inspirada pelas raízes da mais jovem Nobel da Paz, Malala, e de seu pai, Ziauddin Yousafzai, como ativistas locais no Paquistão. O Fundo Malala investe e apoia o desenvolvimento profissional e dá visibilidade ao trabalho de mais de 80 ativistas e educadores de dez países (Afeganistão, Bangladesh, Brasil, Etiópia, Índia, Líbano, Nigéria, Paquistão, Tanzânia e Turquia), que trabalham em nível local, nacional e global em defesa de mais recursos e mudanças políticas necessárias para quebrar as barreiras que impedem as meninas de acessar e permanecer na escola.








# E, agora, chegou o momento do primeiro monitoramento!

Nos últimos anos, assistimos ao desmonte das políticas públicas garantidoras de direitos. E a educação foi a principal área utilizada para a guerra ideológica instalada pelo governo passado. Foi sintomática a escolha dos ministros à época, já que nenhum deles foi selecionado por suas habilidades técnicas, ao contrário: vieram fortalecer a cultura fundamentalista. Políticas já consagradas foram escanteadas e nada foi proposto, a não ser um aumento considerável das escolas cívico-militares ou a presença de militares nas escolas, sem o conhecimento do cotidiano e das políticas de educação, interferindo no processo pedagógico. Foi um caminho para a consolidação da *escola sem partido*, com a criminalização de várias áreas de conhecimento.

O momento atual é de reconstrução e incidência, para que não só retornemos ao ponto onde estávamos, mas que avancemos na construção de uma educação de qualidade. E, nestes primeiros dias, já é perceptível que estamos em outro contexto, no qual as políticas públicas são importantes, assim como o planejamento e a participação da sociedade. No entanto, é preciso acompanhar, monitorar e incidir para que a direção mude com os novos ventos.

Mas, para isso, é necessário:

-  Construir um novo Plano Nacional de Educação robusto e ambicioso, com ampla participação social e planos estaduais e municipais posteriores.
-  Revogar o Decreto nº 10.004/2019, que cria o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares.
-  Revogar o Novo Ensino Médio, pois não basta reformar a reforma, é preciso dialogar com a comunidade escolar para construir as bases para uma reforma que contemple aquelas pessoas que estão em sala de aula, seja ensinando, seja aprendendo, além de fazê-lo de um modo que ele seja um instrumento de redução das desigualdades raciais, de gênero, de renda e de território.
-  Promover ativamente o discurso de gênero nas escolas e revogar projetos de lei e políticas que excluíram a agenda de gênero e sexualidade das diretrizes curriculares e contribuem para exacerbar o preconceito, a discriminação e a censura nas escolas, reintroduzindo diretrizes sobre o debate sobre gênero nas escolas e direitos de saúde sexual e reprodutiva.
-  Assegurar a implementação das respectivas diretrizes curriculares para populações específicas, incluindo comunidades indígenas, quilombolas e rurais, além de fortalecer

as políticas de ação afirmativa com critérios raciais e sociais na graduação, bem como investir mais em infraestrutura, material didático e professores nas comunidades do campo, da floresta e das periferias.



Garantir as condições efetivas para a implementação da história e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial das redes de ensino, para a oferta de educação inclusiva e antirracista, institucionalizando efetivamente uma abordagem de igualdade étnico-racial nas políticas e na prática, de maneira também a incluir a história e a cultura afro-brasileira e indígena no currículo das universidades para a formação de professores.



E, para garantir que as questões anteriores sejam atendidas, esperamos financiamento adequado e que esteja fora das medidas de austeridade fiscal ou das âncoras fiscais.

Com relação ao financiamento, de acordo com o relatório do Inesc **“A Conta do Desmonte”**, desde a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, que criou o teto de gastos, os recursos vêm caindo paulatinamente. E, para além dessa medida fiscal, houve uma ação planejada pelo governo anterior de desmontar a política de educação. Todavia, olhar para trás e analisar em perspectiva dá a dimensão do retrocesso e do caminho a ser percorrido para, minimamente, se chegar ao ponto de onde se partiu desde o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016. Foi um marco importante para a educação, pois foi o governo que a substituiu que propôs, por meio de uma medida provisória, uma reforma do ensino médio que perpetua desigualdades abissais entre as escolas públicas e as privadas, especialmente nesta etapa de ensino, dificultando ainda mais o acesso ao ensino superior.

Em 2021, o Inesc, em parceria com o Vox Populi e o apoio do Fundo Malala, fez uma **pesquisa** com adolescentes de todo o Brasil, estudantes do ensino médio. E o que se encontrou foi um cenário trágico, com defasagem entre a rede pública e a privada e com alta taxa de evasão das escolas públicas. Então, além do passivo deixado pela pandemia, há a introdução de uma reforma nada participativa, sendo implementada exatamente no momento pós-pandêmico, sem tratar as sequelas deixadas e provocando novas.

Os estudos sobre raça e gênero ficaram fora das salas de aula e com muita criminalização por parte dos defensores da escola sem partido, que criaram o termo “ideologia de gênero”, para retirar a educação sobre gênero e sexualidade das salas de aula. Em 2023, a Lei nº 1.0639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino das histórias e das culturas afro-brasileiras e indígenas, está fazendo 20 anos e ainda está sem a implementação devida, conforme foi demonstrado por **pesquisa realizada pelo Geledés**.

O **Plano Nacional de Educação (PNE)**, com vigência de 2014 a junho de 2024, está a pouco mais de um ano para o seu término e os balanços de sua execução não são nada alvissareiros. De acordo com os monitoramentos realizados bianualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e **aqueles realizados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação** todos os anos, com dados desagregados por raça/etnia,

gênero, regiões, estados e nível socioeconômico, muito do que aparentemente foi conquistado já estava em processo quando o plano foi aprovado e outras metas em estado inicial não foram atingidas.

No caso da educação infantil, algumas metas merecem destaque. A faixa etária de 4 a 5 anos está atendida de forma melhor (94%), apesar de não se ter alcançado o universo. No entanto, na faixa etária de 0 a 3 anos (correspondente à creche), a cobertura está em 37% do público, ou seja, bem longe da meta a ser atingida daqui a um ano, que é de 50%. No ensino fundamental, nos anos de 2020 e 2021, afetados pela pandemia, o índice de conclusão foi menor do que em 2013, sendo que, na faixa etária até 16 anos (ou na “idade recomendada”), foi de 81%, distante da meta de 95%, ou seja, houve retrocesso. E o ensino médio, que tem como meta alcançar 85% da população de 15 a 17 anos até 2024, está com apenas 74% de cobertura, algo bem aquém do previsto. Isso é agravado com a implementação da reforma do ensino médio.

As matrículas em instituições públicas de ensino superior deveriam crescer 40% no período de vigência do PNE; no entanto, cresceram apenas 3,6%. Certamente, alguns motivos são a falta de investimentos e a retirada gradual de recursos dessa etapa de ensino durante os últimos quatro anos. Entre 2019 e 2021, houve queda nas matrículas de pós-graduação (tanto de mestrado quanto de doutorado), corroborada pela diminuição da oferta de bolsas de estudo para pesquisadoras/es.

Por fim, a meta 20 (aquela que garante que as outras sejam atendidas, pois diz respeito ao financiamento) deveria chegar a 2024 com 10% do PIB (incluindo os três entes da federação) e está em 5,1%, sendo que a maior participação vem dos municípios, os entes que menos arrecadam, o que indica que o governo federal precisa aportar mais recursos e com urgência.

Então, diante desse cenário, o novo governo tomou posse e, mesmo antes da posse, negociou uma proposta de emenda constitucional, nomeada de PEC da Transição, para garantir recursos mínimos para 2023, visto que a proposta de lei orçamentária apresentada pelo governo Bolsonaro não garantia sequer o mínimo para as políticas públicas em geral e para a educação em particular.

Desta forma, a função educação recebeu um aporte de cerca de R\$ 12 bilhões como complemento. Isso garantiu mais recursos para o ensino superior (etapa que mais perdeu financiamento ao longo dos quatro anos), para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (que estava sem reajuste há anos), bem como para outras ações, como a Educação de Jovens e Adultos e o reajuste das bolsas de estudo, desde a iniciação científica até o pós-doutorado.

## 2. Carta-Compromisso: 40 pontos pelo direito à educação

Este relatório trata do monitoramento da garantia do direito à educação nos primeiros dias do governo federal, dos governos estaduais e do Distrito Federal, bem como da atuação dos parlamentares federais (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e parlamentares estaduais (assembleias legislativas), signatários da Carta-Compromisso pelo Direito à Educação, proposta pela Rede Malala e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A Carta apresenta 40 pontos em defesa de uma educação pública, gratuita, antirracista, antissexista, laica, inclusiva, equitativa e de qualidade, com financiamento adequado para todas as pessoas residentes no território brasileiro.

Os compromissos elencados no documento dizem respeito à educação que defendemos. Em resumo, separamos os compromissos em seis pontos, com os seus respectivos desdobramentos, a saber:



**Políticas educacionais estruturais**, tais como a elaboração do novo Plano Nacional de Educação, com metas de financiamento que sejam cumpridas e de maneira que a educação não seja atingida por medidas de austeridade fiscal, com a garantia do cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional por todos os estados e municípios, com a construção de um Sistema Nacional de Educação e com a regulamentação adequada do Fundeb, além de uma educação que discuta os princípios dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, da laicidade e da diversidade.



Promoção da **gestão democrática e da ação intersetorial**, fomentando espaços de participação, com o fortalecimento de grêmios e associações de pais e mestres, a formação de conselheiros e alianças intersetoriais.



**Educação integral, inclusiva e promotora das diversidades**, de modo que garanta uma formação antirracista, antissexista e anticapacitista, com a garantia de recursos federais para estados e municípios para a implementação das diretrizes curriculares das educações quilombola, indígena, ribeirinha e do campo, de maneira a também pôr fim à educação militarizada e com mobilização contra as tentativas de aprovação do *homescholling*.



Com relação às **especificidades de cada etapa e modalidade**, reivindicamos uma educação infantil pública e de qualidade, o retorno dos recursos para a educação de jovens e adultos, a revogação do novo ensino médio e a discussão ampliada do modelo que se quer, com o combate ao analfabetismo e a consolidação da educação quilombola, indígena, de povos e comunidades tradicionais.



Fortalecimento das **políticas educacionais complementares**, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE).



Respeito aos **compromissos internacionais**.

Em face do quantitativo de pontos a serem observados, optamos por destacar aqueles que emergiram das ações do Ministério da Educação, das secretarias de educação ou das proposições legislativas dos parlamentares, seja no sentido de convergência da ação ou proposição em relação aos pontos da Carta-Compromisso, seja no sentido da divergência.

Há um esforço de síntese para considerar e enfatizar os pontos destacados, tendo-se em vista os possíveis desdobramentos que o monitoramento venha a ter. Então, este relatório divide-se em quatro partes quanto à situação da garantia do direito à educação: Ministério da Educação, secretarias estaduais de educação, parlamentares federais e assembleias legislativas.

Com relação ao Ministério da Educação, fizemos um levantamento em relação à composição do órgão, às assessorias, às secretarias e aos órgãos colegiados para entender quem é quem em sua estrutura e se há uma preocupação com a diversidade e com a paridade de gênero. Isso foi feito com as secretarias estaduais de educação e com os parlamentares signatários da Carta-Compromisso em âmbitos estadual e federal.

As secretarias estaduais também foram acompanhadas quanto à composição e às primeiras ações, bem como os parlamentares federais e estaduais signatários da Carta-Compromisso.





# 3. Governo Federal: Ministério da Educação (MEC)

## 3.1 Composição da equipe




Dois decretos foram assinados pelo atual governo com relação à estrutura do Ministério da Educação. São eles: 1) **Decreto nº 11.342, de 1º de janeiro de 2023**; e 2) **Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023**.

A análise da equipe foi feita apenas em relação ao quesito do sexo, visto que a questão racial é autodeclaratória e não podemos inferir com base em fotografias, uma vez que a informação não é disposta nos documentos oficiais. Além disso, nós nos restringimos aos escalões superiores.

Das funções observadas, temos, desde o ministro até o presidente do Inep, 22 pessoas, sendo 12 homens e 10 mulheres, de primeiro e segundo escalões. Parece até paritário, mas se considerarmos que os/as profissionais de educação são, em sua maioria, mulheres, há um descompasso quando se trata de cargos mais altos.

Apesar de termos um avanço com relação à representação de gênero, sexo, raça e etnia no atual governo, ainda há muito o que caminhar para que possamos atingir a equidade, observando a Esplanada dos Ministérios como um todo.


## 3.2 Ações desenvolvidas nos primeiros dias do atual governo






-  **Recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)**, que tem como missão atuar para retomar a política de educação especial na perspectiva inclusiva, retomar o diálogo com os povos indígenas, com quilombolas e povos e comunidades tradicionais, com ênfase para a Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo. No entanto, precisamos estar atentas para que essas pautas caras ao que defendemos por educação de qualidade não se restrinjam a uma secretaria, mas sejam centrais para a política de educação implementada pelo Ministério.
-  **Retomada do Fórum Nacional de Educação (FNE)**, por meio da **Portaria nº 478/2023** e da **Portaria nº 718/2023**. As atividades do FNE foram suspensas no governo anterior, com prejuízo do diálogo entre o governo, os movimentos sociais e as organizações de defesa do direito à educação.
-  **Medidas de combate à violência nas escolas**, uma vez que, durante os últimos anos, o ataque à política de educação foi central para o crescimento da extrema-direita e dos seus fundamentalismos. Algumas teorias absurdas, como a ideologia de gênero, a escola sem partido e o neonazismo, tomaram conta do chão das escolas, dificultando o trabalho pedagógico e criminalizando professores e áreas do conhecimento, como as ciências humanas.

Acompanhamos denúncias sobre a politização e a ideologização da educação, quando, na verdade, o que estava ocorrendo era o alastramento de uma ideologia extremista, que desconsidera as ciências, reescreve a história e banaliza a violência crescente. A cultura do ódio desceu a rampa do Planalto nas últimas eleições, mas está espalhada pelas redes sociais, pelo chão das escolas e na sociedade de uma maneira geral. E a forma de combatê-la é fazer o movimento contrário, de desconstrução desse discurso, por meio de ações educativas e culturais. É preciso demonstrar que armar a população só aumenta a insegurança, aumentar o aparato militar amplia a sensação de terror e não regulamentar as redes favorece o crescimento da cultura do ódio, pois há sensação de impunidade.

A permissão dada a discursos LGBTfóbicos, racistas, misóginos, violentos e desrespeitosos com qualquer pessoa que não seja considerada padrão hegemônico só amplia o alcance do ódio e a propagação de atos como esses que estão ocorrendo nas escolas, mas não só, porque também crescem os feminicídios, os crimes de ódio, os crimes de racismo e as violências contra a comunidade LGBTQIAP+.


### O que está sendo feito?

-  A **cartilha com Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar**, que contou com a participação de membros da sociedade civil, como a Campanha Nacional pela Educação, por exemplo.

-  O Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com SaferNet Brasil, criou um **canal exclusivo** para o recebimento de informações de ameaças e ataques contra as escolas. Essa é uma das ações da Operação Escola Segura, iniciada em 06/04/2023.
-  O **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, após seis anos sem reajuste, com o incremento orçamentário da Emenda Constitucional nº 126, contou com um reajuste (de 39% no valor destinado ao programa), feito pelo MEC. Além disso, voltou a incentivar as compras da agricultura familiar para a composição da alimentação escolar.
-  O **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)** repassou cerca de R\$ 500 milhões para o **investimento em infraestrutura** nas escolas. Trata-se de uma ação orçamentária que sofreu uma queda em seus recursos ao longo do governo passado, embora a pandemia exigisse que as escolas fossem remodeladas e ampliadas. Além disso, o MEC prometeu apresentar uma medida provisória para a retomada de obras paralisadas.
-  Em relação às **bolsas**, o MEC aumentou o seu número (de 218 mil para 275 mil), além de reajustar os seus valores, que estavam bastante defasados, em cerca de 40% em média, para pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), Bolsa-Permanência e auxílio para a iniciação científica e à docência (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid e Residência Pedagógica). Além disso, a Bolsa-Permanência – direcionada a estudantes quilombolas, indígenas, integrantes do Programa Universidade para Todos (Prouni) e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior – também foi reajustada em até 75%. Foi a primeira vez em que o auxílio teve um reajuste desde a sua criação, em 2013. Com isso, quem ganhava uma bolsa de R\$ 400,00 passou a receber R\$ 700,00. No caso de indígenas e quilombolas, o valor subiu de R\$ 900,00 para R\$ 1.400,00. Outras bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial (PET) também foram reajustadas.
-  Com relação ao **piso salarial dos professores**, houve um reajuste e o valor foi de R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420,55; no entanto, o Governo Federal precisa contribuir com a discussão e com recursos para que a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional seja respeitada em todos os estados e municípios.

### 3.3 Pontos de atenção quanto à Carta-Compromisso pelo Direito à Educação

Na largada do atual governo, algumas questões se mostraram frágeis e necessitam de um olhar mais cuidadoso e de intenso diálogo com a comunidade escolar, quais sejam:

-  O **Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM)**, que foi criado por meio do **Decreto nº 10.004/2019**, que implementa as escolas cívico-militares (ECIM) em escolas públicas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Ou seja, onde há problemas pedagógicos e de aprendizado, busca-se o apoio do Ministério da

Defesa, que nada entende de política de educação. Além disso, há transferência de recursos do Ministério da Educação para o Ministério da Defesa.

Como poderemos constatar na análise dos 100 dias nos estados, há um crescimento grande de implantação do modelo em vários lugares, especialmente onde os estudantes são mais vulnerabilizados. Esperamos que o MEC proponha a revogação desse decreto e faça o percurso inverso, de desmilitarizar as escolas.



**O Novo Ensino Médio (NEM)**, que foi aprovado por meio de medida provisória, durante o governo do ex-presidente Michel Temer, sem diálogo com profissionais da educação e estudantes e teve sua implementação iniciada em plena pandemia. Alguns estados (como o Mato Grosso do Sul, por exemplo) anunciam que já concluíram a fase de implementação.

A proposta é mais uma etapa da mercantilização da educação ou do aprofundamento do neoliberalismo nesta área, com grupos empresariais tomando conta não apenas das redes privadas de educação básica, como também das redes públicas, como fica nítido em vários estados, conforme análise a seguir.

Há um passivo deixado pela pandemia e esta reforma nada participativa foi implementada exatamente no momento pós-pandêmico, sem tratar das sequelas deixadas e provocando novas. Não é suficiente adiar a sua implementação e reformar a reforma, é preciso revogá-la no Parlamento e construir uma proposta dialogada com todas as atrizes e os atores envolvidos.



No tocante à **violência contra as escolas**, como elencamos há pouco, o governo já está tomando providências de forma intersetorial. No entanto, precisamos ficar atentas para que essas medidas não sejam passageiras, em meio à crise, mas que o diálogo e a busca de caminhos sejam perenes, para que as causas venham à luz e sejam debeladas.



**A ampliação dos recursos para o financiamento da educação**, pois mesmo que a PEC da Transição tenha garantido mais recursos já em 2023, a educação vem sofrendo cortes constantes em nível federal, especialmente com relação às ações discricionárias. De acordo com **nota técnica** da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, a má gestão e o teto de gastos propiciaram que as despesas discricionárias despencassem pela metade em termos reais entre 2015 e 2021, passando de R\$ 41,3 bilhões para R\$ 20,7 bilhões no período. Já as obrigatórias, se não fosse pelo novo Fundeb, que impõe a ampliação do repasse entre 2021 e 2026, permaneceriam no mesmo patamar. Ou seja, também é preciso acabar com o teto de gastos, conforme já anunciado, pois esperamos que as novas regras não impeçam que haja mais investimentos na área da educação, que foi um dos principais alvos do desgoverno anterior, com sua guerra cultural.



**O Plano Nacional da Educação (PNE)** terá sua vigência finalizada no próximo ano e seu balanço, conforme dados já expostos na apresentação, não é alvissareiro, ao contrário: em alguns pontos, regredimos, como no próprio financiamento, que hoje é a metade do que foi previsto para 2024, ou seja, cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), quando deveríamos chegar a 10%.

Então, esperamos que seja convocada nova Conferência, para que o próximo PNE seja participativo e possa ser executado.



# 4. Governos Estaduais: Secretarias de Educação

## 4.1 Aglomerado Brasil

### 4.1.1 Composição das equipes

Como a raça/etnia é autodeclaratória e, no caso das equipes, não está registrada, vamos apresentar a distribuição por sexo. Consideramos os cargos de subsecretários, secretários-adjuntos, secretários-executivos ou similares, indicando os auxiliares diretos dos titulares das secretarias.

A título informativo, o Censo Escolar de 2022 registra que temos 2,3 milhões de professores na educação básica do Brasil, sendo que 79% desse total é do sexo feminino e, dos/as 162,8 mil diretores/as, 80,7% também são do sexo feminino. No entanto, no quadro geral do Brasil, a educação pública é conduzida majoritariamente por homens (60%). Quanto às equipes das secretarias de educação, as mulheres formam ligeira maioria (52%).

Quanto à **formação acadêmica** dos/as secretários/as de educação, os cursos de graduação mais frequentes são letras (5), pedagogia (3), história (3), direito (3), administração (3) e outras formações (10). E, no que diz respeito à **profissão**, as mais frequentes são professor da educação básica (9), gestor público (5), professor universitário (4), político (3) e outros (6).

O que se registra como positivo é que uma parte significativa dos secretários tem formação na área de educação (11) e são professores (13). Em princípio, não são outsiders da área de educação ou sem qualquer afinidade para lidar com a complexidade das políticas públicas de educação.

O quadro nominal dos governadores e secretários de educação pode ser conferido no Anexo A deste Relatório.

## **4.1.2 Ações desenvolvidas nos 100 primeiros dias**

As principais ações desenvolvidas dizem respeito à manutenção e às reformas de escolas, ao transporte escolar, à alimentação escolar, ao piso salarial e à ampliação da oferta de vagas em educação profissional e educação integral. Dentre elas, selecionamos boas práticas, que podem ser conferidas no Anexo C.

## **4.1.3 Pontos de atenção quanto à Carta-Compromisso pelo Direito à Educação**

Os principais pontos de atenção dizem respeito: (I) ao avanço da implementação da reforma do ensino médio; (II) à continuidade da militarização das escolas; (III) ao não pagamento do piso salarial profissional; (IV) à forte presença de atores privados conduzindo o planejamento e a gestão da educação; (V) ao currículo das escolas; (VI) ao material didático-pedagógico; (VII) à formação dos professores e gestores escolares; (VIII) bem como à oferta de plataformas de educação à distância, pontos que podem ser conferidos no Anexo B.

Recomenda-se uma atenção especial quanto aos estados que assinaram a Carta-Compromisso, ou seja, Maranhão, Piauí, Amapá e Espírito Santo.

## **4.2 Regiões**

### **4.2.1 Nordeste**

Quanto à composição das equipes, a Região Nordeste apresenta quadro equilibrado, com 50% para cada sexo. Os estados com menor presença de mulheres nas equipes são Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os estados com maior presença de mulheres nas equipes são Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba.

Quanto à Carta-Compromisso, dentre os pontos convergentes, destacamos a educação integral (Bahia, Paraíba, Pernambuco e Ceará) e a alimentação escolar (Bahia). No que tange à educação integral, o que mais chama a atenção é o seu expressivo crescimento, até mesmo com a superação das metas do Plano Nacional de Educação (exemplos da Bahia, do Ceará e da Paraíba).

Os pontos divergentes mais relevantes quanto à Carta-Compromisso são a militarização das escolas públicas (Bahia e Maranhão), a privatização e a mercantilização da educação (Piauí) e a não revogação da reforma do ensino médio (Pernambuco). Impressionam a expansão dos colégios militares no Maranhão (44) e na Bahia (116), o crescimento em 6 vezes no Maranhão

(no período de 2015 a 2022) e o crescimento em 20 vezes na Bahia (no período de 2018 a 2022).

Como boas práticas, ressaltamos os Programas Conexão Mundo (Paraíba, 2015), PE no Campus (Pernambuco, 2017), Bolsa-Permanência/Cartão Escola 10 (Alagoas, 2021), Estudante Monitor (Sergipe, 2022) e Bolsa-Presença (Bahia, 2021). A região é a que mais apresenta programas de transferência de renda articulados com a educação, sobretudo no enfrentamento da evasão escolar e na criação de condições de permanência para os estudantes.

## 4.2.2 Norte

Quanto à composição das equipes, a Região Norte também apresenta equilíbrio entre homens e mulheres, com ligeira maioria feminina. Os estados com menor presença de mulheres nas equipes são Acre, Pará e Roraima. Os estados com maior presença de mulheres nas equipes são Amazonas, Rondônia e Amapá. O quadro é equilibrado no Tocantins.

No que diz respeito à Carta-Compromisso, os pontos convergentes são alimentação escolar (Pará), alianças intersetoriais (Rondônia) e educação de jovens e adultos (Amazonas). Destaca-se o Pará, com o reajuste do valor *per capita* aluno/alimentação escolar (de R\$ 0,36 para R\$ 1,50). Somado aos recursos federais, o valor *per capita* vai para R\$ 1,86.

Quanto aos pontos divergentes em relação à Carta-Compromisso, registramos a não revogação da reforma do ensino médio (Tocantins) e a crescente militarização das escolas públicas (Acre, Roraima e Rondônia). Tocantins afirma que já concluiu a implementação da reforma do ensino médio. Roraima toca programa próprio de escolas militares e já possui a maior rede da região.

Também merece um olhar atento o Projeto Escola Segura (Rondônia), que propõe a criação de pelotões disciplinares formados por estudantes em todas as escolas, além do Programa Amigo Voluntário da Educação, que paga diárias de R\$ 55,00 para colaboradores em atividades das escolas, o que indica a dispensa de concursos públicos e a precarização do trabalho dos profissionais de apoio à escola.

Como boas práticas, destacamos iniciativas como o Prato Extra – Merenda Escolar nas Férias (Amapá, 2020), Santa Casa nas Escolas (Pará, 2023) e a implantação do Laboratório de Criatividade e Inovação (Rondônia, 2022).

## 4.2.3 Centro-Oeste

Quanto à composição das equipes, a Região Centro-Oeste apresenta maioria de mulheres (60%). O estado com maior presença de mulheres nas equipes é o Mato Grosso. É importante destacar que, no conjunto da região, as mulheres são a maioria e que a diferença em relação aos homens é pequena, a exemplo do Distrito Federal e do Mato Grosso do Sul.

Os pontos convergentes em relação à Carta-Compromisso são a mitigação dos efeitos da pandemia na educação (Goiás), a educação nas prisões/Remição pela Leitura (Goiás), a luta contra o analfabetismo (Mato Grosso) e a alimentação escolar (Distrito Federal).

No que tange aos pontos divergentes quanto à Carta-Compromisso, identificamos a militarização das escolas públicas (Goiás e Mato Grosso) e a não revogação da reforma do ensino médio (Mato Grosso do Sul). A propósito, Mato Grosso do Sul também afirma que já concluiu a implementação da reforma do ensino médio e, portanto, precisa ser acompanhado com maior atenção. Mato Grosso anunciou como meta dobrar o número de escolas militares (das 30 atuais, quer chegar a 60 até 2026).

Como boas práticas, destacamos o Programa Bolsa-Estudo (Goiás, 2021), o Programa MT no Mundo (Mato Grosso, 2023) e o Programa Cartão Material Escolar (Distrito Federal, 2019). Inclusive, o Programa Cartão Material Escolar atende os estudantes cujas famílias integram o Cadastro Único e articula a aquisição de material escolar junto ao comércio local.

## 4.2.4 Sudeste

Quanto à composição das equipes, a Região Sudeste tem ligeira maioria feminina. O estado com maior presença de mulheres nas equipes é São Paulo, seguido de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Já o estado com menor presença de mulheres é o Espírito Santo.

Os pontos convergentes em relação à Carta-Compromisso são as alianças intersetoriais em prol da dignidade menstrual das estudantes (Espírito Santo e Minas Gerais), a mitigação dos impactos da pandemia na educação (Minas Gerais) e a alimentação escolar (Minas Gerais).

Os pontos divergentes são a militarização das escolas públicas (Minas Gerais) e a não implementação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (São Paulo).

Como boas práticas, apontamos o programa Conviva (São Paulo, 2019), com ações de fortalecimento da convivência escolar, além do Painel de Monitoramento do Plano Estadual de Educação (Minas Gerais, 2023), por promover o acesso público e transparente ao cumprimento e ao descumprimento das metas estabelecidas.

## 4.2.5 Sul

Quanto à composição das equipes, a Região Sul tem maioria masculina (56%). O estado com maior presença de mulheres nas equipes é Santa Catarina. Os estados com menor presença de mulheres são Paraná e Rio Grande do Sul.

Os pontos convergentes quanto à Carta-Compromisso são a expansão da educação integral (Paraná) e a mitigação dos efeitos da pandemia na educação (Rio Grande do Sul).

Os pontos divergentes são a militarização das escolas públicas (Paraná e Santa Catarina), a não implementação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (Rio Grande do Sul) e a não revogação da reforma do ensino médio (Rio Grande do Sul). O Paraná é o estado líder em militarização de escolas: são mais de 200 escolas cívico-militares, com a previsão oficial de dobrar esse número nos próximos anos.

No que tange às boas práticas, destacamos os programas Ganhando o Mundo (Paraná, 2019), Bolsa-Estudante (Santa Catarina, 2022) e Todo Jovem na Escola (Rio Grande do Sul, 2021).





# 5. Congresso Nacional

## 5.1 Composição

Um total de 43 parlamentares (40 deputados federais e 3 senadores) aderiu à Carta-Compromisso, sendo que a maior adesão se localiza na Região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), com PSOL e PT.

A distribuição dos parlamentares federais por região é a seguinte: 10 (Região Nordeste), 2 (Região Norte), 5 (Região Centro-Oeste), 19 (Região Sudeste) e 7 (Região Sul).

A distribuição dos parlamentares federais por partido é a seguinte: 20 (PT), 12 (PSOL), 4 (PCdoB), 2 (PSDB), 2 (União Brasil), 1 (MDB) e 2 (PV).

Quanto à distribuição dos parlamentares federais por sexo, temos o seguinte: 58% dos parlamentares são do sexo masculino e 42% são do sexo feminino.

Predominam, entre os signatários da Carta-Compromisso, parlamentares do sexo masculino, até porque há uma desigualdade de representação, pois nas últimas eleições foram eleitas 92 mulheres para a Câmara dos Deputados (totalizando 18% do total de parlamentares) e 4 para o Senado Federal (ou 7%). Já a população feminina brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2021, é de 51,1% do total.

No que se refere ao quesito cor/etnia, predominam os autodeclarados brancos, pois, da mesma forma, as populações pretas, pardas e indígenas estão ainda mais sub-representadas do que as mulheres. Negros, por exemplo, são 56% da população e ocupam apenas 26% das cadeiras da Câmara dos Deputados.

Os parlamentares signatários que estão na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados são: Alice Portugal (PCdoB), Reginaldo Veras (PV), Dandara (PT), Chico Alencar (PSOL), Glauber Braga (PSOL), Talíria Petrone (PSOL), Luciene Cavalcante (PSOL) e Zeca Dirceu (PT). No que tange à distribuição dos blocos parlamentares na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a bancada da Carta-Compromisso está presente com 8 parlamentares no conjunto de 38 titulares.

As parlamentares signatárias que estão na Comissão de Educação do Senado Federal são as senadoras Teresa Leitão (PT) e Dorinha (União Brasil). Refletindo essa correlação de forças, a maior desvantagem se encontra no Senado Federal, comparativamente aos blocos parlamentares representados, uma vez que a Carta-Compromisso está presente com 2 parlamentares no conjunto de 26 titulares.

## 5.2 Proposições legislativas

Somente 11 dos 43 parlamentares não apresentaram proposições legislativas ligadas ao direito à educação de uma forma geral ou aos pontos da Carta-Compromisso. Os temas mais presentes foram a reforma do ensino médio, as escolas cívico-militares, a alimentação escolar e o piso salarial profissional nacional.

As proposições legislativas na Câmara dos Deputados convergentes com a Carta-Compromisso que destacamos são as seguintes: o **PL 1213/2023** (revoga a reforma do ensino médio); o **PL 961/2023** (torna improbidade administrativa quem descumpra o piso salarial profissional da educação e da saúde); o **PDL 78/2023** (suspende a portaria do MEC sobre o cronograma de implementação do novo ensino médio); o **PDL 56/2023** (revoga o Decreto nº 10.004/2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM); o **PL 1299/2023** (altera a Lei nº 9.394/1996, de modo a propor a substituição dos itinerários formativos pelas áreas do conhecimento na organização do ensino médio); e o **PL 1420/2023** (estabelece a correção anual dos valores *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). É importante apontar que os deputados federais não apresentaram propostas divergentes em relação à Carta-Compromisso.

Quanto ao Senado Federal, as proposições legislativas convergentes com a Carta-Compromisso que destacamos são as seguintes: o **PL 1312/2023** (dispõe sobre o Auxílio Emergencial Estudantil) e o **PL 1311/2023** (altera a Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundeb, incluindo a gestão democrática do ensino como critério). Enquanto proposições divergentes, destacamos o **PL 1338/2022** (que trata da possibilidade de oferta domiciliar da educação básica).



# 6. Assembleias Legislativas

## 6.1 Composição

No total, 56 deputados e deputadas estaduais assinaram a Carta-Compromisso pelo Direito à Educação nas Eleições de 2022. Desses mandatos, 35 apresentaram proposições legislativas ligadas aos compromissos quanto ao direito à educação.

Acerca das legendas partidárias dos/as deputados/as em estudo, estão presentes os seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Solidariedade, Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Cidadania, Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Progressista (PP).

Desses, o PT é o partido com o maior número de parlamentares, o que corresponde a 34 congressistas (o equivalente a 60,7% dos/as assinantes da Carta), seguido pelo PSOL, com 12 assinaturas (o equivalente a 21,4%), pelo PCdoB, com quatro assinantes (7,1%) e pelo PDT, com três assinaturas (5,4%). Em contrapartida, os partidos com apenas um/a deputado/a assinante são PP, Solidariedade e Cidadania, somando 5,4% do total.

Além disso, 18 estados da Federação estão representados: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal. O grupo é majoritariamente feminino, o que representa 52% dos/as representantes populares, sendo 29 mulheres e 27 homens. Desses e dessas, 61% se autodeclararam brancos/as.

As assembleias legislativas são compostas por comissões permanentes de educação, com caráter técnico e especializado para fiscalizar, investigar e debater as proposições, as emendas e os projetos de lei. Apenas 13 estados possuem signatários da Carta que integram

as comissões de educação. Dos 56 parlamentares, 15 são titulares das comissões de educação, seis são presidentes e um é vice-presidente. É importante pontuar que, até o momento da conclusão deste estudo, São Paulo era o único estado que não definiu a comissão de educação da assembleia legislativa.

## 6.2 Proposições legislativas

### 6.2.1 Região Nordeste

Embora o Nordeste possua nove estados, aqui estarão representados, a partir dos que assinaram a Carta, somente quatro deles: Bahia (BA), Ceará (CE), Pernambuco (PE) e Rio Grande do Norte (RN).

Os/as parlamentares eleitos/as na região que assinaram a Carta são: Olívia Santana (BA), Larissa Gaspar e Renato Roseno (CE), Dani Portela, Luciano Duque, Rosa Amorim e Doriel Barros (PE) e Francisco Assis de Medeiros, Divaneide Basílio e Isolda Dantas (RN).

Até o presente momento, dos/as 10 deputados/as representantes da Região Nordeste, apenas Daniel Barros, Dani Portela e Olívia Santana criaram proposições relacionadas aos compromissos assumidos na Carta. Os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte não apresentaram propostas baseadas na Carta até o momento.

As proposições em consonância com a Carta na Região Nordeste abarcam os pontos da educação de qualidade para quilombolas, indígenas, ribeirinhos e populações do campo, educação ambiental e ações afirmativas do documento em análise.

### 6.2.2 Região Norte

Na Região Norte, os estados presentes na análise são: Acre (AC), Pará (PA) e Roraima (RR), os únicos dos sete entes federados da região com signatários da Carta eleitos para o Legislativo estadual no último pleito.

A Região Norte está representada por quatro deputados/as assinantes do documento, sendo eles/as: Edvaldo Magalhães (AC), Lívia Duarte e Dirceu Ten Caten (PA) e Marcelo Cabral (RR).

Até o presente momento, dos/as quatro deputados/as representantes do Norte, dois apresentaram proposições relacionadas aos compromissos assumidos na Carta.

### 6.2.3 Região Centro-Oeste

A totalidade dos estados da Região Centro-Oeste possui parlamentares signatários da Carta-Compromisso. A região está representada por 11 deputados/as, sendo eles/as: Chico Vigilante, Fábio Félix, Gabriel Magno e Max Maciel (DF), Bia de Lima e Mauro Rubem (GO),

Lúdio Cabral e Valdir Barranco (MT), Amarildo Cruz, Pedro Kemp e Zeca do PT (MS).

Até o presente momento, do total de deputados/as eleitos/as da Região Centro-Oeste nas eleições gerais de 2022, Bia de Lima, Valdir Barranco, Pedro Kemp, Chico Vigilante, Fábio Félix, Gabriel Magno e Max Maciel criaram proposições relacionadas aos compromissos expressos na Carta, o que constitui um número expressivo.

As proposições em consonância com a Carta na Região Centro-Oeste abarcam os pontos da regulamentação do setor privado na educação, da educação integral para quilombolas, indígenas, ribeirinhos e populações do campo, da educação antissexista, da educação anticapacitista, da educação ambiental, da militarização das escolas, da educação profissional, das ações afirmativas e do transporte escolar.

## 6.2.4 Região Sudeste

Assim como o Centro-Oeste, a totalidade dos entes federados da Região Sudeste compõe a base parlamentar assinante da Carta. São eles/elas: Camila Valadão, Iriny Lopes e João Coser (ES), Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo (MG), Dani Monteiro, Martha Rocha, Flávio Serafini, Marina do MST, Renata Souza (RJ), Carlos Giannazi, Donato, Ediane Maria, Professora Bebel, Mônica Seixas, Leci Brandão, Márcio Nakashima, Maurici, Paulo Fiorilo e Thainara Faria (SP).

Até o presente momento, do total de deputados/as eleitos/as do Sudeste nas eleições de 2022, oito parlamentares criaram proposições relacionadas aos compromissos expressos na Carta. O Espírito Santo foi o único estado cujos parlamentares não apresentaram proposições.

Até o momento, foram contemplados os seguintes pontos em conformidade com as proposições elencadas: piso salarial profissional nacional, educação antirracista, educação antissexista, fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), revogação da reforma do ensino médio e educação profissional.

## 6.2.5 Região Sul

O Sul é representado por seus três estados: Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). Assim como o Centro-Oeste e o Sudeste, a região conta com a participação de todas as suas unidades federadas no compromisso assumido.

A região é representada por 11 deputados/as, nomeados/as a seguir: Goura Nataraj e Ana Júlia Ribeiro (PR), Bruna Rodrigues, Leonel Radde, Luciana Genro, Sofia Cavedon, Stela Farias (RS), Altair Silva, Fabiano da Luz, Luciane Carminatti e Neodi Saretta (SC).

Até o presente momento, Santa Catarina foi o único estado a apresentar projeto vinculado ao ponto da educação antirracista do documento.

# 7. Considerações finais

Considerando-se o conjunto das candidaturas, assinaram a Carta-Compromisso: quatro governadores, 43 parlamentares federais e 56 deputados estaduais. Em relação aos estados do Maranhão, Piauí, Amapá e Espírito Santo, identificamos pontos convergentes e divergentes em relação à Carta-Compromisso. Os pontos convergentes estão na educação integral (Maranhão, Piauí e Amapá), na educação profissional (Maranhão e Piauí) e nas alianças intersetoriais (Espírito Santo). Os pontos divergentes são o cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (Maranhão e Piauí), a militarização das escolas (Maranhão e Amapá), a privatização e a mercantilização da educação (Piauí e Espírito Santo) e a não revogação da reforma do ensino médio (Amapá e Espírito Santo).

Em relação aos parlamentares federais, 32 apresentaram proposições legislativas ligadas ao direito à educação. Os pontos convergentes foram a revogação da reforma do ensino médio, o encerramento do programa de escolas cívico-militares, o fortalecimento do programa de alimentação escolar e o cumprimento do piso salarial profissional nacional. O ponto divergente se refere à regulamentação da educação domiciliar.

Quanto aos deputados estaduais, 21 apresentaram proposições legislativas ligadas ao direito à educação. Os pontos convergentes mais frequentes nas proposições foram a educação profissional, as ações afirmativas, a educação antissexista, a educação antirracista, a educação de qualidade para as populações quilombolas e indígenas, os ribeirinhos e a população do campo, a educação ambiental e a educação para os

direitos humanos. Não há registro de pontos divergentes.

Em face disso, considerando-se os pontos convergentes e divergentes identificados nos estados, as Regiões Nordeste e Norte apresentam maior convergência com a Carta-Compromisso, enquanto Sudeste e Sul apresentam maior divergência. As pautas convergentes mais presentes são a educação integral, a educação profissional, a alimentação escolar e o transporte escolar. As pautas divergentes mais frequentes são a militarização das escolas públicas, a revogação da reforma do ensino médio, a privatização e a mercantilização da educação e o descumprimento da lei do piso salarial profissional nacional.

É importante mencionar que temas da Carta-Compromisso que estão presentes no eixo “Educação integral, inclusiva e promotora de diversidades” se encontram relegados: educação inclusiva, do campo, indígena, quilombola, antissexista, anticapacitista e ambiental. Ainda que tenham sido mencionadas nas proposições legislativas, elas não emergem nas políticas desses primeiros dias dos governos estaduais.

Acontecimentos complexos e preocupantes têm ocorrido no cenário educacional brasileiro, o que foge do escopo deste trabalho, que se limitou às atividades dos Poderes Executivo e Legislativo desenvolvidas pelos/as signatários/as da Carta-Compromisso nos 100 primeiros dias de posse, ou seja, até a data de 10 de abril de 2023. Contudo, duas questões conjunturais merecem ser mencionadas.

Primeiramente, um forte debate se estabeleceu sobre a discussão em torno da revogação ou revisão da Lei nº 13.415/2017, que alterou as composições curriculares e as normativas do sistema educacional brasileiro, ficando conhecida como “Lei do Novo Ensino Médio”, que tem impactado, sobretudo, pessoas em condições socioeconômicas menos favoráveis e relativizado a aplicação de conteúdos fundamentais na formação discente. Tal questão ainda se encontra em discussão, uma vez que envolve e movimenta as secretarias de educação, os conselhos de educação e os parlamentares envolvidos com as pautas educacionais ao longo do País, contando também com a participação da sociedade civil organizada, de especialistas em educação e de lideranças, organismos e instituições diversas de todos

os níveis federativos nas deliberações e nos estudos (BRASIL, 2017; ALENCAR, 2023). Além disso, dados os acontecimentos recentes, muitos casos de violência premeditada em escolas e creches, na forma de atentados, têm levantado debates sociais acalorados e por diferentes vertentes, envolvendo as mesmas instituições e agentes sociais atuantes em relação à reforma educacional e a outras áreas da administração pública, sobretudo as instituições da área de segurança pública, já que se trata de uma questão multidimensional.

Desde a crise financeira de 2008, na maioria dos países, foram adotados diversos processos de contenção da recessão global, sendo que os setores sociais e o bem-estar social foram os mais afetados, devido a cortes e medidas de austeridade. Após o ano de 2010, o Brasil foi seriamente afetado pela onda de estagnação global (ALMEIDA FILHO, 2021).

Com isso, devido à desproteção social, à perda e à relativização dos direitos fundamentais e à expansão das disparidades socioeconômicas, institucionais e políticas nos níveis micro e macrosociais e também entre e dentro das nações, dentre outros fatores, houve: (I) a (re)ascensão de ideá-

rios nacionalistas; (II) o aumento da disseminação do ideário neoliberal em níveis individuais; (III) a autorresponsabilização pelo sucesso pessoal; (IV) a demonização do Estado e a quase adoração ao mercado; (V) a contestação relativa às instituições públicas e às organizações internacionais (caso do setor educacional no Brasil e do sistema ONU); (VI) a polarização política e a radicalização do discurso reacionário; e (VII) o aumento da circulação de boatos e crenças conspiracionistas (que, por meio dos avanços tecnológicos, originaram a propagação do fenômeno das fake news), além de outras consequências sociais.

A combinação entre estes e outros fatores acarretou uma escalada do conservadorismo social reacionário em nível global, impulsionado devido à ascensão e ao surgimento de lideranças conservadoras (ditas outsiders), com a adesão popular aos seus ideários, conformando o que ficou conhecido como populismo de direita (BORBA, 2020; RODRIGUES et al., 2019; VITULLO; SILVA, 2020).

Como reflexo deste conjunto de fatores, no Brasil, desde 2016, a área educacional tem sofrido constantes ataques dos setores mais reacionários da sociedade e res-

trições, cortes e o congelamento de verbas e certa desestruturação do sistema educacional nacional, ocasionados, em grande parte, pela ruptura democrática no ano de 2016. Uma parte do problema se alastrou, sobretudo, a partir da iniciativa “Escola sem Partido”, que, desde 2004, procurou estabelecer suas pautas, das quais se destaca o eventual combate contra uma possível doutrinação ideológica e política dentro das salas de aula, ganhando força em 2016, o que contrasta com os direitos adquiridos mediante a liberdade de cátedra dos/as docentes nas instituições públicas e privadas de ensino, em todos os níveis (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2017; VITULLO; SILVA, 2020).

Além disso, desde o controverso governo de Michel Temer, foi imposto um novo regime fiscal, que estabeleceu o congelamento dos gastos nas áreas de educação e saúde (afetando também as regras do salário mínimo), com a promulgação da PEC 55/2016 ou PEC 241/2016, convertida na Emenda Constitucional 95/2016, que promoveu reformas impopulares e ataques à área da educação e outras correlacionadas, precarizando e desestabilizando ainda mais os estratos sociais de baixa renda no País



(BRASIL, 2016a; 2016b; 2016c).

No governo seguinte, o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022) promoveu diversos desfalques às políticas públicas direcionadas à satisfação das demandas de diversos grupos sociais, sobretudo dos mais vulneráveis. Na questão educacional, especificamente, foi feita uma forte ofensiva ideológica contra a educação laica, inclusiva e crítica, bem como massivos cortes nos orçamentos dos organismos de ensino público, principalmente na educação de nível superior, além do sucateamento, do desmonte, da defasagem e das intervenções nas instituições federais de ensino (JANU, 2022).

Outra situação questionável tanto no governo Temer quanto no governo Bolsonaro foi a expansão da militarização das instituições de ensino. Dentre muitas questões a serem debatidas sobre isso, há que se destacar a distribuição desigual de recursos na rede pública de ensino, bem como a precarização geral da rede pública de ensino básico, o aparelhamento das instituições de ensino com fins ideológicos, a rigidez desse modelo de ensino, entre outras problemáticas, o que, segundo Tiellet (2019), retoma a lógica da exclusão. Enfim, trata-se de um

debate que não se esgota e que não é um objetivo-chave deste estudo, embora seja necessária a sua menção.

Após a sequência de dois governos com perfis conservadores e seus impactos negativos na educação brasileira, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato, o quadro aparenta estar em progressiva reversão, mas o governo tem recebido a herança maldita da onda reacionária, das ideologias totalitárias e da violência disseminada pelo governo anterior em relação às instituições, aos profissionais da educação e mesmo contra a comunidade discente.

Contudo, os compromissos brasileiros com as organizações, os tratados e os demais acordos internacionais na área voltaram a ser pontos de diálogo, conciliação e reconstrução das estruturas sociais brasileiras, em debate com a sociedade e os organismos nacionais e internacionais, já que, como o Brasil é signatário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumido com a Organização das Nações Unidas (ONU), é previsto que, até o ano de 2030, diversas metas sejam seguidas para corrigir distorções históricas, propor caminhos de desenvolvimento que se adéquem

e repensem o legado humano a ser passado para as novas gerações e que permitam um caminhar rumo à equidade, à justiça social e à preservação ambiental. Destes, destaca-se o objetivo quatro, relativo à qualidade educacional, o que implica a busca por “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (CHRISTO, 2023; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 1). Em suma, os desafios futuros para a educação são múltiplos e o atual cenário é incerto, mas existem perspectivas de resistência à onda conservadora e de melhorias em nível local e também global; portanto, demandam-se o compromisso, a vontade e a

ação de governos, instituições, sociedades e organizações sociais para uma concertação voltada a repensar, democratizar e qualificar o processo de educação. Para isso, a Carta-Compromisso pelo Direito à Educação nas Eleições 2022 no Brasil é uma das importantes ferramentas propositivas voltadas para intervenções, retomadas e a reafirmação de compromissos e tratados sobre a qualidade, a democratização, a laicidade e a melhoria dos sistemas educacionais, haja vista que é pela classe política que importantes proposições, debates e decisões são gerados, recriados e repensados, acompanhando as mudanças e o contexto social vigente.

## EQUIPE INESC

### Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento  
Júlia Alves Marinho Rodrigues  
Márcia Anita Sprandel  
Pedro de Carvalho Pontual  
Roseli Faria

### Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff  
Lucas de Alencar Oliveira  
Mário Lisbôa Theodoro

### Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro  
José Antonio Moroni  
Nathalie Beghin

### Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

### Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves  
Thayza Benetti

### Equipe de Comunicação

Gabriela Alves  
Mara Karina Sousa-Silva  
Silvia Alvarez  
Thays Puzzi

### Assessoria Política

Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni  
Cássio Cardoso Carvalho  
Cleo Manhas  
Gabriela Nepomuceno  
Leila Saraiva  
Livi Gerbase  
Tatiana Oliveira  
Thallita de Oliveira

### Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira

### Educador Social

Markão Aborígine  
Sofia Ashley

**PMAA – Planejamento,  
Monitoramento,  
Avaliação, Aprendizagem**  
Adriana Silva Alves

### Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

### Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

### Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

### Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos  
Eugênia Christina Alves Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da Silva

### Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

### Estagiários/as

Camila Beda  
Juami Aquino  
Yan Nogueira da Silva

## APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott Foundation  
CLUA – Climate and Land Use Alliance  
ETF - Energy Transition Fund  
Fastenaktion  
Fundação Ford  
Fundação Heinrich Böll  
Fundar  
ICS – Instituto Clima e Sociedade

KNH – Kindernothilfe  
Malala Fund  
Misereor  
OSF – Open Society Foundations  
Oxfam Brasil  
PPM – Pão para o Mundo  
Rainforest Foundation Norway